

# Ter emprego já não é garantia de fugir à pobreza

Dez por cento dos trabalhadores portugueses continuam a figurar nas estatísticas da pobreza. Os baixos salários juntam-se assim ao desemprego e às baixas pensões para agravar ainda mais as dificuldades das famílias.

▶ António Rosado

Cerca de duas centenas de técnicos de instituições de solidariedade social (IPSS's) do concelho de Coimbra estiveram ontem reunidos com o objectivo de encontrar diferentes caminhos para ajudar os “novos pobres”, vítimas da crise económica global.

Por iniciativa da Rede Social de Coimbra, o encontro permitiu olhar para dentro de um poço de dificuldades, “onde ainda não se vê fundo”, alertou Sílvia Ferreira, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Sem contemplanções, a docente desabafou que “se olharmos para os dados, ficamos realmente deprimidos”, tendo em atenção que só 20 por cento dos portugueses afirmam não ter dificuldades financeiras. Ou seja, 80 por cento da população está em risco de entrar em incumprimento das contas a pagar, o que já aconteceu para 5,7 por cento da população.

Em Coimbra, o coordenador da Rede Social, Oliveira Alves, admitiu que a realização, ontem, do IV encontro da Rede Social de Coimbra “é a constatação de



OLIVEIRA ALVES quer que a Rede Social esteja na primeira linha de apoio

que são necessárias respostas urgentes aos novos problemas”. Na sua perspectiva, “não é razoável que as pessoas que se queixam com fome tenham que esperar dois meses pela resposta a um requerimento”, advertiu o responsável. A rapidez com que a crise económica alastrou entre as famílias está a obrigar as instituições a trabalhar cada vez mais em rede, razão pela qual Oliveira Alves repete reuniões diárias com parceiros como a Cáritas Diocesana ou o Banco Alimentar.

Ainda ontem estiveram pre-

sentes no encontro, que se realizou nas instalações da Fundação Bissaya Barreto, grande parte das 150 instituições de solidariedade social do concelho, embora só cerca de uma centena tenha intervenção activa nesta área.

Perante o actual quadro social, em que há 18 mil desempregados no distrito, 15 por cento dos quais no município de Coimbra; 10 por cento dos trabalhadores não ganham o suficiente para sair do limiar da pobreza e 800 pobres estão a receber Rendimento Social de

Inserção, torna-se difícil estabelecer prioridades sobre a quem conceder os apoios existentes. Acresce que o número de idosos com mais de 65 anos - que já ascende a 25.500 no concelho de Coimbra -, continua a aumentar a uma média de cem pessoas por ano com mais de 65 anos. As respostas sociais existentes (apoio domiciliário, centros de dias e lares residenciais), só conseguem chegar a 10 por cento deste universo, muito por culpa do facto do “investimento do Governo nesta área ao longo dos últimos anos ter sido direccionado para Lisboa e Porto”, constatou Oliveira Alves. Por isso, está na hora do poder central “dar resposta aos projectos apresentados pelas IPSS's mais dinâmicas da região, o que pressupõe também um alargamento do mercado social de emprego”, acrescentou o coordenador.

A concluir, o responsável disse esperar que até 2013 seja possível apresentar a Carta Social do Município com o diagnóstico da cobertura social existente, entre respostas do Estado, das instituições de solidariedade social e projectos particulares, de forma a determinar com rigor quais e onde existem carências nas diversas valências.